

J. P. PEIXOTO ▪ J. V. GONÇALVES ▪ A. A. MARQUES DE ALMEIDA ▪ J. T. OLIVEIRA ▪ J. P. OSÓRIO ▪ R. CARVALHO ▪ L. ALBUQUERQUE ▪ R. RODRIGUES  
J. V. GOMES FERREIRA ▪ F. D. SANTOS ▪ A. J. ANDRADE DE GOUVEIA ▪ A. M. AMORIM DA COSTA ▪ B. J. HEROLD ▪ JOÃO L. L. C. OLIVEIRA CABRAL ▪ J. A. LEITÃO ▪ N. GRANDE ▪ J. C. DA COSTA ▪ A. RODRIGUES ▪ A. TORRES PEREIRA ▪ B. FERNANDES ▪ J. M. GIÃO T. RICO ▪ MILLER GUERRA ▪ M. PORTUGAL V. FERREIRA ▪ J. M. COTELO NEIVA ▪ A. RIBEIRO ▪ M. TELLES ANTUNES  
F. C. GUERRA ▪ A. CORREIA ALVES ▪ F. CASTELO-BRANCO ▪ A. FERNANDES  
A. R. PINTO DA SILVA ▪ C. M. L. BAETA NEVES ▪ A. X. CUNHA ▪ A. C. QUINTELA  
SUZANNE DAVEAU ▪ ORLANDO RIBEIRO ▪ J. E. MENDES FERRÃO ▪ ILÍDIO AMARAL ▪ O. TEOTÓNIO DE ALMEIDA ▪ F. GUERRA ▪ ALLEN G. DEBUS  
WILLIAM R. SHEA ▪ A. IRIA ▪ F. R. DIAS AGUDO ▪ M. JACINTO NUNES

---

# HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

I VOLUME



---

PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA  
LISBOA • 1986

<sup>31</sup> L.B. Guyton de Morveau, *Tractado das Affinidades Chímicas*, Coimbra, 1793, pp. 22-66.

<sup>32</sup> *Ibid.*, pp. 169-217.

<sup>33</sup> *Ibid.*, pp. 193-217.

<sup>34</sup> *Ibid.*, pp. 338-362.

<sup>35</sup> Publicações de Vicente de Seabra, 11.

## DOMINGOS VANDELLI (1730-1816) E A CERÂMICA PORTUGUESA

ANTÓNIO MARINHO AMORIM DA COSTA\*

### SUMMARY

With the Establishment of Chemical Philosophy in the University of Coimbra, according to the 1772 Marquess of Pombal's Statutes, Domingos Vandelli, an Italian doctor of natural philosophy, from the University of Padua, was assigned in the chair of Chemistry. Vandelli had a great interest by ceramics; in a short time, he involved the Chemical Laboratory and the Faculty of Philosophy in an industrial project of pottery manufacturing. When this project could not go ahead under the responsibility of the University, Vandelli just founded his own factory for pottery work in Coimbra, developing an industry which afterwards expanded to the north of Portugal, namely to Oporto, with his collaboration.

In the present work, the author deals with Vandelli's activity on such a field.

### 1. INTRODUÇÃO

Filho de Jeronymo Vandelli, doutor em Medicina e Lente da Universidade de Pádua, Domingos Vandelli nasceu em 1730, nessa mesma cidade, e recebeu o grau de doutor em Filosofia na Universidade em que seu pai leccionava. Convidado pelo Marquês de Pombal para Professor das Cadeiras de História Natural e de Química da Faculdade

\* Departamento de Química, Universidade de Coimbra.

de Filosofia da Universidade de Coimbra, foi pelo mesmo Marquês graduado gratuitamente nas Faculdades de Filosofia e de Medicina desta Universidade, respectivamente, a 9 e a 12 de Outubro de 1772. Dirigiu os primeiros trabalhos do Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa. Quando desempenhava esta última comissão, no tempo das invasões francesas, houve quem o acusasse de suspeito e *afrancesado*; e, em 1810, apesar dos seus oitenta anos, e das enfermidades próprias de tão longa vida, foi com outros incluído na denominada *Septembrisada*, e deportado para bordo da fragata *Amazona*, para nela seguir viagem para a ilha Terceira com os seus companheiros de infortúnio. Concederam-lhe, porém, a transferência para a Inglaterra, onde teve de demorar-se até à paz geral.

Regressado a Portugal, ainda viveu por algum tempo em Lisboa, onde faleceu a 27 de Junho de 1816.

O doutor Vandelli mantinha relações com muitos sábios estrangeiros, e particularmente com o célebre Lineu, com quem frequentes vezes se correspondia. Foi sócio de várias Academias, nomeadamente da Academia Real das Ciências de Lisboa, na fundação da qual colaborou. Publicou muitas obras em português, latim e italiano e deixou importantes manuscritos em poder de seus filhos e outras pessoas<sup>1</sup>.

## 2. DA FÁBRICA DE TELHA VIDRADA, EM COIMBRA, A FÁBRICA DO CAVAQUINHO, EM VILA NOVA DE GAIA

A primeira peça de porcelana manufacturada em Portugal de que há notícia, data de 1773. Trata-se de uma placa rectangular, tendo no anverso as Armas reais e a inscrição *LISBOA 1773* e, no reverso, uma legenda alusiva à descoberta do caulim pelo tenente Bartholomeu da Costa.

Até então, embora com grande número de artesãos votados à olaria, Portugal limitara-se a importar, em grande escala, loiça da China e do Japão, carregada a granel, como lastro dos veleiros, abarrotando os mercados e satisfazendo largamente toda a procura nacional<sup>2</sup>. Até ao impulso dado à indústria cerâmica portuguesa pelo Marquês de Pombal, não se havia passado da manufactura de loiça vermelha e duma faiança ordinária, de qualidade inferior.

Um alvará régio de 7 de Novembro de 1770 limita a importação de loiça estrangeira:

«Eu El Rei. Faço saber aos que este meu Alvará virem: que sendo-Me presente em consulta da Junta do Commercio destes Reynos, e seus domínios, a perfeição a que tem chegado a Fabrica de Louça, nas suas respectivas Manufacturas; e que a abundancia d'ellas he batsante para fornecer o reino e conquistas; além de outras mais de conta de particulares, que hoje se achão por diferentes sitios dispersos e com igual merecimento: sendo-Me outrosim presente o intoleravel empate que na mesma principal Fabrica se sente por falta de extracção das ditas manufacturas; preferindo-se indevidamente a louça de fóra do Reino, que continuando a introduzir-se frustrará inteiramente com a sua redundancia todas as despezas, e diligencias, que se teem praticado para o perfeito estabelecimento das mesmas fabricas com ruina dos cabedaes, que n'ellas se empregarão; Hei por bem animar e proteger não só a dita fabrica primitiva, mas também todas as mais que se achão e acharem por diferentes partes destes Reynos estabelecidas e se houverem de estabelecer para o futuro: Prohibindo, como prohibio, a entrada de toda a louça de fóra do Reino, á excepção da que vier da India e da China, em navios de proprietarios portuguezes» (...) «E hei outrosim por bem isentar de direitos por sahida toda a louça não só da primitiva Fabrica, mas tambem de quaesquer outras de particulares, estabelecidas neste Reino, sendo de igual merecimento»<sup>3</sup>.

Apesar da intransigência deste Alvará se não ter mantido por muito tempo<sup>4</sup>, as medidas que determina inserem-se e traduzem as grandes linhas de acção do impulso dado à cerâmica portuguesa pelo Marquês de Pombal a que acima fizemos referência, nomeadamente, a criação da Fábrica do Rato<sup>5</sup> e os estímulos decorrentes de privilégios compensadores.

Desde o primeiro instante da sua chegada a Portugal, Domingos Vandelli interessa-se profundamente por este projecto do Marquês, e põe de imediato todo o seu empenho em proceder a experiências e ensaios que com o decorrer dos tempos viriam a dar ao nosso país um lugar de merecido destaque entre os países produtores de artigos de porcelana.

Logo em 1772, um ano antes do referenciado fabrico, em Portugal, da «primeira peça de porcelana», já Vandelli escrevia a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Governador de Mato Grosso, no Brasil, pedindo-lhe para examinar «todas as espécies de terras as quaes podem servir para fazer e pintar loiça»<sup>6</sup>.

Nos anos imediatos, com a vasta incumbência de «determinar o lugar do Horto Botânico; a obra d'elle, e as da preparação do Laboratorio Chimico e do Theatro de Historia Natural e dos Museus»<sup>7</sup>, Domingos Vandelli devota-se fundamentalmente às suas tarefas universitárias. Ajuntando as muitas coisas que tinha em Lisboa com as colecções que recheavam o Museu que possuía em Itália, estabelece o *Theatro da Natureza* da Universidade de Coimbra; com o Professor Dalla-Bella do Laboratorio de Física, demarca os terrenos necessários para o estabelecimento do *Horto Botânico*, e elabora os projectos do mesmo; assiste na reformulação e execução dos projectos do *Laboratorio Chimico* que o Dr. Joseph Francisco Leal trouxera da Corte de Viena de Áustria, em estreita colaboração com o Tenente-Coronel Guilherme Elsdén; e organiza os Cursos de História Natural e de Química.

Mas não deixa de modo algum perder o seu interesse pela indústria cerâmica. Em 1780, terminadas as obras dos novos Estabelecimentos da Universidade, faz uma petição a Azevedo Morato, Administrador das casas que constituíam a *Fabrica de Telha Vidrada* que a Universidade havia estabelecido, junto ao rio Mondego, na Rua João Cabreira, para o fabrico de telhas de vários tipos, tijolos e azulejos, necessários para as obras daqueles novos Estabelecimentos e que com a conclusão dos mesmos ficara inactiva<sup>8</sup>.

Nessa petição, Vandelli dizia desejar alugar as referidas casas, pondo em evidência que, se lhe fossem concedidas, a Universidade deixaria de ter o encargo do aluguer das mesmas a partir de 1781, e as telhas existentes seriam entregues ou ficariam fechadas num compartimento, cuja chave seria dada ao pagador João José, prontificando-se ele, Vandelli, a fazer uma escritura, se a julgassem conveniente.

A sua petição foi despachada favoravelmente:

«Entreguem-se ao Supp.<sup>to</sup> as chaves das Cazas que the agora servirão de Fabrica de Telha ficando o Supp.<sup>to</sup> obrigado apagar o aluguer dellas desde o primeiro de Janeiro de mil sete centos outenta hum. Coimbra em Junta de 20 de Dezembro de 1780 — Torre P.»<sup>2</sup>.

Logo que se achou de posse das referidas casas, Domingos Vandelli iniciou, em Janeiro de 1781, as immediatas reparações dos telhados, tendo-se, entretanto, procedido ao inventário dos objectos existentes, ao tempo, na fábrica. Neste inventário aparecem vários utensílios relativos ao fabrico de louça, o que não permite concluir que a fábrica se tivesse dedicado anteriormente a essa actividade. Como a Universidade adquiriu várias «tendas» de oleiros, umas vezes por aluguer, outras por compra,

e como se situavam na rua da cidade onde essa indústria se exercia principalmente, bem podia tratar-se de objectos que ali tivessem ficado de anteriores oleiros<sup>9</sup>.

Vandelli apressou-se então, também de imediato, a apresentar na Congregação da Faculdade de Filosofia uma memória descrevendo o projecto de estabelecimento de uma fábrica de loiça naquelas instalações. Conferindo miudamente sobre todos os pontos dessa memória, a Congregação da Faculdade de Filosofia assentou o seguinte, na sua reunião de 12 de Janeiro de 1781:

1.º Que tendo os estudos filosoficos da Universidade por fim a indagação das couzas naturaes, não para ficar na ociosa especulação dellas, mas deduzir conhecimentos practicos uteis ao comercio e uso dos homens, ficarião perdidas todas as experiencias e descobertas feitas a este respeito em pequenas provas executadas no Laboratorio da Universidade, se não se mostrasse ao publico a conveniencia que resulta de se executarem em grande por meio do estabelecimento das fabricas competentes.

2.º Que havendo o sobredito Doutor Vandelli proposto differentes objectos, em que tinha feito experiencias, e de que podião resultar grandes utilidades ao publico, não se devia cuidar na execução de todos elles em grande, estabelecendo differentes fabricas ao mesmo tempo, porque desse modo succederia que nenhuma dellas ficaria bem estabelecida, mas que devia principiar-se por huma só, pondo nella todo o cuidado e diligencia, que he necessaria no principio; e depois de ter esta chegado à sua perfeição, caminhando já sem embaraço algum na economia das suas manipulaçoens, e produzindo as conveniencias que della se esperavão, então se passaria ao estabelecimento de outra, e assim por diante, servindo o lucro das primeiras para hir plantando as seguintes.

3.º Que de todas as que se havião proposto parecia melhor para principiar huma fabrica de loiça, assim porque se podia estabelecer com menor despeza, como tambem porque havia já muitas cousas preparadas para ella. Por quanto tem a Universidade na vezinhança do Mondego huma casa espaçosa que mandou compôr para nella se fazer a telha para os novos edificios, e depois que cessou aquella necessidade, ficou sem uso algum; e nella se pode agora estabelecer a dita fabrica com muita comodidade, por ficar na vezinhança do rio, por onde se fará a importação das primeiras materias, e a exportação dos productos.

4.º Que não convinha estabelecer esta fabrica por conta da Universidade. Por quanto tendo a Junta da Administração da Fazenda della muitos e differentes negocios em que cuidar, deixaria a fabrica à descrição de officiaes subalternos, que sem intelligencia da materia

transtornarião toda a economia della, de maneira que nem chegaria a produzir obras perfectas no seu genero, nem a dar lucro algum, athé perda à Fazenda da mesma Universidade.

5.º Que a Congregação da Faculdade se offerencia a tomar à sua parte este estabelecimento, tendo a inspecção necessaria sobre a perfeição do trabalho, procurando que a economia della seja disposta de maneira que produza a maior utilidade, e pondo nella hum mestre intelligente sem salario algum certo, mas com interesse nos lucros que houver, debaixo das condiçoens, que a mesma Congregação julgar convenientes.

6.º Que sendo necessario algum fundo para dar principio a este util estabelecimento, bastava à Congregação que a Universidade lhe desse os sobejos da consignação dos partidos filosoficos, attendendo aos que se não proverão nos annos precedentes, desde que Sua Magestade foi servida ordenar que elles effectivamente se pagassem. E que os sobejos, que houvesse para os annos futuros se separasse sempre para esta consignação das fabricas, consignação que podia guardar-se separadamente no cofre da Universidade, accumulando-se a ella o que proviesse dos lucros da mencionada fabrica, e das que para o futuro se estabelecessem, para se applicar a novos estabelecimentos, conforme parecer à mesma Congregação que melhor convem a utilidade publica <sup>10</sup>.

Esta resolução da Faculdade de Filosofia foi apresentada a S. Magestade, a Rainha, para que, uma vez concedida a autorização necessaria, a Congregação pudesse dar effectivação ao empreendimento.

Na sua resposta, a Soberana, embora reconhecendo a grande utilidade da iniciativa proposta, não dava a sua anuência quanto aos meios com que a pensavam realizar, sendo de parecer que as sobras dos partidos de Medicina, Matemática e Filosofia, na impossibilidade de se converterem em novos partidos se deviam transformar em prémios para os alunos «segundo a distincção dos exames». E neste sentido, ordenou que se estudasse outro modo de realizar o projecto apresentado <sup>11</sup>.

Não foi fácil encontrar esse outro modo. Vandelli viu-se na impossibilidade de satisfazer ao pagamento da própria renda das casas da Fábrica de Telha Vidrada que a Universidade deixara de pagar em 1780. É assim que em 1782, os proprietários dessas casas a quem não fora participado oficialmente o seu arrendamento por Vandelli, requerem da Univerisdade a sastisfação das rendas que lhes eram devidas, entendendo que se alguma obrigação havia por parte de Vandelli em pagar tais rendas, tal obrigação era para com a Universidade e não directamente para com eles. Para eles, à Universidade e só a ela cabia a obri-

gação de lhes pagar o que era devido e que reavesse, depois, de Vandelli o dinheiro a que entendesse ter direito.

Neste diferendo, os edifícios da Fábrica de Telha Vidrada foram continuando abandonados. Em 1784, em inspecção que lhes efectuou, o Administrador das obras da Universidade declarava que eles se encontravam em muito mau estado, precisando duma reparação total. E foi de opinião que dadas as precárias condições em que se encontravam, pouca utilidade tinham para a Universidade e ofereciam pouca garantia de segurança às cheias do rio, pelo que propôs que fossem aforados. Contudo, o Principal Torres resolveu antes mandar proceder às necessarias reparações.

Passei por Ordem desta Junta á Fabrica da Telha pertencente a esta Und.º aonde se achou tambem o D.º Domingos Vandelli, examinamos todas as cazas a ella pertencente, e achamos a melhor caza para o exercicio do trabalho, todo o madeiramento podre em necessidade urgente de logo se concertar; as mais podem passar, mas não os Tilhados, q̄ todos de toda a Fabrica precizão de se lhe bulir, e com brevidade tambem pela razão de quaze todos os sobrados se acharem molhados de beiras, q̄ nelles correm.

Fallouse tambem no q̄ poderião valer de renda annual o M.º das Obras desta Vnd.º deo o seu arbitrio como se vê do seu parecer, q̄ vai dentro destes. Eu a contento de todos mandei chamar o M.º de Tendas de Louça, e o melhor Salvador de Souza, a sua rezolução se pode ver tambem no parecer do M.º

Esta Vnd.º pareseme, q̄ nenhuã utilid.º hade ter com esta Fabrica; porq̄ a despeza hade ser continua com concertos; e a rua em se levantando, q̄ já não se pode vadêear, pela sahida, ou expedição das agoas estar mais alta, e levantada ella vem a servir os sobrados de logeas, isto sendo assim a donde chegará a despeza; melhor conveniencia fará a Vnd.º se tomar o acordo de afforar.

Achase dentro do Quintal desta Fabrica hum pedaço q̄ ocupa hum dos barreiros, q̄ he de Bento Roiz de Macedo homem de Neg.º nesta Cid.º, não esta ainda pago; pasesiame se devia manda avaliar, e depois esta Iunta rezolver o q̄ melhor lhe parecer. Coimbra de Mayo 12 de 1784.

Bernardo Corr.º de Azd.º Morato

III.º e Ex.º Snr.º

O Administrador das Reaes obras desta Un.º mande fazer os concertos que forem necesarios nas cazas desta Fabrica. Coimbra em Iunta de 12 de Mayo de 1784.

Torre P. <sup>12</sup>

Desinteressado, o Administrador das obras da Universidade não pôs grande empenho nessas reparações. Vandelli passou, então, a dirigi-las pessoalmente, mandando executar os concertos que entendeu mais urgentes a uma fábrica de louça, fim exclusivo por que a tinha arrendado à Universidade, por 50 000 réis anuais. Feitas as reparações mais prementes no edifício, de que apresentou uma relação do que se julgava no direito de ser reembolsado, pediu que se mandassem examinar os referidos concertos, sujeitando-se a pagá-los do seu bolso, se fossem julgados inúteis, ou a satisfazer, no aluguer acrescentado, o juro justo do importe deles, levando-se em conta o abono de algumas despesas realizadas, e o tempo que não pudera utilizar-se da fábrica por falta de reparações:

Diz Domingos Vandelli, q̄, tendo alugada a antiga fabbrica das telhas desta Unversid.<sup>o</sup> por 50 000 Rs. em cada anno p.<sup>a</sup> estabelecer huma de diferentes especies de Louças; a qual achando-se mt.<sup>o</sup> aruinada, pedio a Iunta da Fazenda, q̄ a mandasse reparar, o q̄ acordou: Apareceu no principio destes concertos algumas vezes o Mestre, e depois ficou dezemparrada a obra, sem Administrador nunca verse, nem Mestre, e os rois das despezas os Officiaes da obra davão ao Sup.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> assinar, por assim lhes dizer o Pagador, ou Mestre; pelo q̄. o Sup.<sup>to</sup> ficou e Administrador, e Mestre dos d.<sup>tos</sup> concertos, como foi o Dr. Dalla Bella na obra do Museo, e agora do Jardim Botânico; pelo q̄. o Sup.<sup>to</sup> cuidou em mandar fazer os concertos necessarios em huma fabrica de Louça, pelo cujo fim unicamente a tinha arendada; (...)

(...) Se pois a vista da despeza de todos os concertos, examinando-se os q̄ não são necessarios em humas cazas de fabbrica de Louça, q̄ por este uzo somt.<sup>o</sup> as alugou o Sup.<sup>to</sup>, se achar por Peritos alguns dos sobreditos desnecessarios, o Sup.<sup>to</sup> ou os pagarà, ou se lhe acrescentarà o aluguer a proporção do juro da despeza dos ditos. Portanto

P. a V. Ex.<sup>a</sup> se digne mandar por Peritos examinar nas Cazas da fabbrica os concertos desnecessarios p.<sup>a</sup> o Sup.<sup>to</sup> ou pagalos, ou do importe delles pagar o racionavel juro no aluguel acrescentado; abonandolhe porem algumas despezas, q̄. fiz nos ditos concertos, e o tempo, q̄, por serem incapazes as Cazas, não pude servir-se dellas p.<sup>a</sup> a fabbrica das Louças, pela qual somt.<sup>o</sup> as arendou.

E. R. M. 13

Em Junho de 1786, um despacho do Reitor da Universidade satisfaz novo pedido de Domingos Vandelli para reparação do telhado das casas da Fábrica de Telha Vidrada «que ameaça iminente ruina»:

Informe o Adm.<sup>or</sup> das Obras.  
Paços Reaes das Escolas 27  
de Junho de 1786.

P. M. R.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

O Administrador das Obras, mande logo fazer o concerto requerido. Paços Reaes das Escolas 27 de Junho de 1786.

P. M. R.

Diz Domingos Vandelli, que as Cazas, q̄ tem arrendado a esta Un.<sup>o</sup> pela fabrica de Louça tem hum tilhado, q̄ ameaça iminente ruina. Portanto

P. a V. Ex.<sup>a</sup> seja servida ordenar, q̄ se mande logo concertar o tilhado das ditas cazas, antes q̄ a ruine de todo.

E. R. M.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>o</sup> Principal Reff.<sup>or</sup> R.<sup>or</sup> desta Vnd.<sup>o</sup>

Sabendo da ruina q̄. havia nas Tendas das Ollarias desta Vnd.<sup>o</sup> q̄. o Sup.<sup>o</sup> traz de renda; chamei o M.<sup>o</sup> Pedr.<sup>o</sup> desta M.<sup>a</sup> Vnd.<sup>o</sup> e o mandei vêr, achou o q̄. V. Exc.<sup>a</sup> pode ver da sua resposta junta com esta; olhando p.<sup>a</sup> a ruina parece está nos tr.<sup>os</sup> de V. Exc.<sup>ca</sup> mandar se acuda a ella, antes q̄. o tilhado venha abaixo; V. Exc.<sup>a</sup> determinará o q̄. for servido. Coimbra de Junho 27 de 1786.

O Administrador

Bernardo Corr.<sup>a</sup> de Azd.<sup>o</sup> Morato

Snr.<sup>o</sup> Administrador

Fui atenda das Ularias desta Und.<sup>o</sup> q̄. tras de renda o D.<sup>or</sup> D.<sup>os</sup> Vandeli; e axei q̄. em huma p.<sup>to</sup> do Madeiram.<sup>to</sup> esta quebrada huma viga q̄. necessita de pronto reparo; antes q̄. chegue a cahir de todo. Cuia obra pende de algumas outras siguransas pella União q̄. tem com o mais

madeiram.<sup>10</sup> q̄. por ali esta por velho m.<sup>10</sup> aruinado; e da mesma sorte nesecita todo o telhado de consertado nesta mesma parte. e he o q̄. poso jnformar a este resp.<sup>10</sup>

Mestre Pedreiro destesta Oniuiriside

An.<sup>10</sup> Fer.<sup>a</sup> Rainho<sup>13</sup>

Nada se sabe de concreto sobre a actividade de Vandelli nesta fábrica, tudo levando a crer que não tenha chegado a entrar em laboração. O edifício foi vendido, por arrematação, em 13 de Novembro de 1790, a Manuel Fernandes Guimarães, negociante, por 1 200\$000, segundo consta da Escritura lavrada<sup>14</sup>.

Todavia, ao mesmo tempo que tentava adaptar a antiga Fábrica de Telha Vidrada a uma fábrica de louça, Vandelli fundou no Rocio de Santa Clara uma outra que se crê tenha sido exclusivamente sua.

Em Outubro de 1784, em carta dirigida a entidade cujo nome não vem indicado, Vandelli dá notícia do estabelecimento dessa fábrica, prometendo enviar objectos nela produzidos:

Illmo. e Exmo. Senhor:

Como neste anno estou impossibilitado de vir a esta Corte, e ter a honra de pessoalm.<sup>10</sup> obsequiar V. Ex.<sup>a</sup>, e sabendo quanto V. Ex.<sup>a</sup> estima o adintamento das manufacturas, e quanto me protegê, lhe dou parte ter eu nesta Cid.<sup>o</sup> estabelecido huma fabbrica de differentes especies de Loiças, das quaes brevem.<sup>10</sup> espero apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> algumas amostras, juntam.<sup>10</sup> a varias produções naturaes da Serra da estrella, e algumas do Pará, q̄, o incansavel Ouvidor Mathias Jozé Ribeiro por meio do seu Irmão Opositor em Canones nesta Universid.<sup>o</sup> frequent.<sup>o</sup> me remette: eu sei q̄. V. Ex.<sup>a</sup> protege este habil Ministro, e eu nesta ocazião pelo interesse de não perder tão util cofespondente das produções naturaes do Brazil, o lembro a V. Ex.<sup>a</sup>, porq̄. o patrocine por ser reconduzido no mesmo lugar fazendo o de Dez.<sup>or</sup> da Bahia, ou passar p.<sup>a</sup> a mesma Relação. E entanto com o mais profundo respeito tenho a honra de ser

Coimbra 14  
Out.<sup>o</sup> 1784

De V. Ex.<sup>a</sup>  
Umillmo. Ob.<sup>o</sup> D.<sup>mo</sup> Criado  
as.<sup>a</sup>) Domingos Vandelli<sup>15</sup>

Para a laboração desta fábrica, obteve Vandelli a mercê exclusiva de se apropriar dos materiais necessários que existissem nas províncias da Beira e do Minho, gratuitamente, se fossem do Estado, por arbitragem, se fossem em terrenos de particulares<sup>16</sup>. Mais. Por um baixo foro foi a Câmara obrigada a ceder-lhe terreno contíguo à fábrica<sup>17</sup> e ao pessoal que empregava foram dispensadas as graças e garantias comuns às fábricas reais<sup>18</sup>.

Nesta fábrica se executou a então melhor louça do distrito de Coimbra e «a melhor faiança que temos tido» segundo o parecer avaliado de José Acúrsio das Neves<sup>19</sup>. Segundo testemunho do mesmo Acúrsio das Neves, nela se fabricaram também diversos objectos de grês e outros vasos próprios para laboratórios químicos<sup>19</sup>. É mesmo provável que alguns dos vasos deste tipo ainda hoje existentes no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra tenham sido aí executados, embora seja igualmente provável que tenham sido executados directamente no próprio Laboratório, onde, antes mesmo da Fábrica do Rocio, em Santa Clara, ter entrado em funcionamento, se faziam experiências várias relativas à arte de fabricar louça. É Manoel Dias Baptista quem disso nos dá testemunho no seu *Ensaio de Huma Descrição Fizica e Económica de Coimbra e seus arredores*, premiado pela Academia de Ciências de Lisboa, na sua Assembleia pública de Julho de 1783:

«No laboratorio Chimico desta Universidade se tem feito varias experiencias, por direcção do meu Sapientissimo Mestre sobre a arte de fabricar a louça, das quaes experiencias se tem deduzido tanta vantagem sobre a louça branca, a de pó de pedra, a porcelana, e os cadilhos que seria para dezejar, que as outras fabricas procurassem para seu augmento o imitar das ditas experiencias»<sup>20</sup>.

Da mesma actividade nos dá notícia a correspondência de Vandelli hoje conhecida. Assim, em carta ao Abade Correia da Serra, datada de 12 de Julho de 1782, ele próprio refere: «a porcelana da qual lhe mandei a amostra he composta de argila e felspat»<sup>21</sup>.

E em carta que lhe dirige o Visconde de Barbacena, pelos fins de 1782, princípios de 1783, se diz: «fui entregue dos camafeos que na qualidade de Porcellana não me parecem inferiores aos do Brigadeiro<sup>22</sup>, e espero que depois de feita nova forma, o não sejam em coisa alguma»<sup>23</sup>.

Vandelli menciona também estas experiências na sua *Memória sobre algumas produções naturaes deste Reino das quaes se poderia tirar utilidade*: «o espato fusível ou Feldspat acha-se frequentemente em varias partes da Serra da Estrella, do qual misturado com argila branca, mandei

fazer amostras de porcelana bem transparentes, por ser este o mesmo material que entra na de Saxonia» (...) Em Portugal, «são frequentes as *argillas*, que preparadas servem para fazer porcellana, algumas das quaes precizão do espato fusível, que se acha em abundancia na Serra da Estrella». «Em Soure, além de muita quantidade de bôlo branco, e encarnado, temos *argillas* para fazer cadinhos, e outros vasos chymicos, e outra junto a Coimbra para fazer louça ,que resiste ao fogo»<sup>24</sup>.

Menos de dois anos volvidos sobre o estabelecimento da Fábrica de louça do Rocio, em Santa Clara, Domingos Vandelli constitui, em Agosto de 1786, com João Bernardo Guedes e Diogo José Araújo, no Porto, uma Sociedade comercial para exploração e desenvolvimento de uma outra fábrica de louça, que viria a ser fundada, em Vila Nova de Gaia, junto ao rio, no sítio denominado do Cavaco e viria a ser conhecida por Fábrica do Cavaquinho.

Segundo data gravada na ombreira duma das suas portas, esta fábrica terá iniciado as suas actividades em 1788. Era propósito da Sociedade constituída explorar, pela primeira vez em Portugal ,a louça denominada *pó de pedra*. De acordo com a escritura constitutiva da Sociedade, Vandelli entrava na empresa com funções que seriam meramente técnicas, fornecendo suas «receitas» e segredos.

A perfeição atingida pelos produtos executados nesta fábrica foi oficialmente reconhecida por alvará régio de 20 de Dezembro de 1794 que integra o privilégio exclusivo da sua venda em todo o Minho e Beiras no privilégio de exclusividade anteriormente concedido a Vandelli para os produtos da Fábrica de louça do Rocio (o já mencionado Alvará de 7.Fev.1787, renovado pelos alvarás de 20.Dez.1793 e 10.Fev.1794).

Entretanto, Vandelli e seus sócios na fábrica pedem, em 1793, a isenção total de direitos de entrada nos portos do Brasil, como fora concedido às fábricas de Sedas e de Chitas, para todos os produtos da fábrica de que eram proprietários. Para tanto alegam que haviam introduzido no país uma fábrica de nova invenção, à custa de grandes despesas com a instalação, experiências e instrução dos mestres e oficiais, pelo que não seria justo gozarem apenas da isenção de metade dos direitos, em pé de igualdade com as outras fábricas de faiança do Porto que se haviam limitado a aproveitar mestres e oficiais instruídos na Fábrica do Rato, em Lisboa<sup>25</sup>; e em 1795, depois de obtido o já referido privilégio de venda em todo o Minho e Beiras, requerem ainda para a sua mesma fábrica do Cavaquinho, que eles próprios rotulam de

«estabelecimento único em seu género», os privilégios de que gozava a Real Fábrica das Sedas<sup>26</sup>.

Em 1803, em defesa dos privilégios da Fábrica do Cavaquinho, foram as demais fábricas de faiança da Beira e do Minho proibidas de usarem da pintura e vernizes de *arraiado*<sup>27</sup>; e em 1805, a pedido de Vandelli, a licença concedida à firma Magalhães & C.<sup>a</sup>, para uma fábrica de louça, no Porto, menciona que a nova firma não é autorizada a executar louça estampada de pó de pedra que considera privilégio exclusivo da fábrica do Cavaquinho<sup>28</sup>.

Na escritura da Sociedade cita-se como mestre da fábrica Bento Fernandes de S. Francisco, hábil ceramista que havia sido guarda do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra e mestre de cerâmica na fábrica do Rato, em Lisboa, vindo mais tarde a ser contratado para tomar parte nas primeiras experiências de laboração da fábrica da Vista Alegre.

Deste modo, podemos concluir com Lúcia Cruz<sup>29</sup> que Vandelli, através deste seu assíduo colaborador, prestou ainda valioso contributo para os primeiros ensaios realizados na «Real Fábrica de Porcelana, Vidro e Processos Chymicos» da Vista Alegre, sociedade constituída em 1824, quando eram passados já oito anos sobre a morte do ilustre mestre da Universidade de Coimbra vindo de Pádua para reger as cadeiras de História Natural e de Química.

### 3. A LOUÇA DE VANDELLES

De acordo com o já mencionado Ensaio de Monoel Dias Baptista<sup>30</sup>, nos fins do século XVIII, a louça branca de Coimbra era classificada em duas categorias:  *fina ou de Vandelli*, e grossa ou de segunda qualidade. Referindo-se a esta classificação, Charles Lepierre faz notar que só *impropriamente* a primeira é chamada *de Vandelli* pois «o fabrico desta louça não foi inventado por Vandelli, que, quando muito, o aperfeçoou»<sup>31</sup>. Apesar de tudo, ainda hoje, o fabrico da mais fina qualidade de faiança de Coimbra é conhecido pela designação popular de *louça de Vandel*<sup>32</sup> ou *louça de Vandelles*<sup>33</sup>.

Desconhece-se a existência de qualquer peça irrecusável e autêntica que possa servir de norma à classificação desta louça de Vandelles.

Baseando-se em «fragmentos inumeráveis de louça» que encontrou «em excavações acidentalmente feitas no terreno ocupado pela fábrica do Rocio», para aí estabelecer nova empresa cerâmica, propriedade sua, que não chegaria a durar um ano completo dada a hostilidade tenaz de seus colegas, fragmentos esses «dispostos, por assim dizer, em camadas sedimentares que, à falta de melhor, serviram para caracterizar as espécies sucessivas de ornamentação ali adoptadas pelo fundador e seus sucessores», Mestre A. Augusto Gonçalves presume, «com bons fundamentos», «que os padrões ornamentaes mais seguidos na fabrica de Vandelli eram principalmente pintura a castanho, constando de ramo de flores mais ou menos composto, rosas, tulipas e folhas na parte central, até à simples folha recortada, e duas pequenas hastes de folhagem miuda. Nas orlas, simples traços e uma serie de pontos espaçados formando cercadura»<sup>34</sup>.

E, Mestre Augusto Gonçalves continua: «Alem d'este, creio que Vandelli iniciou um outro typo de pintura, que se generalizou e imprimiu, de ahi por diante, caracter proprio à louça de Coimbra: o ramo solto e a flor de fórmula especial, em laço, vermelha ou azul, com as petalas apenas contornadas e as folhas de um só verde, feito a pinceladas simples, faceis e vistosas. As faixas de ordinario amarellas, debruadas de outra côr, tendo de espaço a espaço três pequenos toques de pincel, ligados pelas extremidades em um ponto, aos quaes ainda hoje dão nas officinas o nome de *mosca*.

«E, como variante: palmas bicolores distanciadas, formando faixa, e entre ellas, encruzando com o traço que as liga, em disposição alternada, hastes em curvas ondulares com folhas pequeninas.

«Algumas peças de fórmula, principalmente terrinas e travessas, que aparecem marcadas com V em relevo, e cuja interpretação anda oscilante, é possível que um dia venha a reconhecer-se que saíram da fabrica do Rocio de Santa Clara: Vandelli ou seus sucessores.

«Pelo gosto e pelo aspecto do fabrico e da pintura, as duvidas de certo não tem rasão de erguer-se com demasiada ferocidade. (...)

«Isto quanto à apparencia exterior; quanto à parte intrinseca, acceites como legítimos os especimens que, pelo meu alvitre, devem ser lançados à conta do professor italiano, é innegavel a boa qualidade da fabricação. A pasta é fina e solida, a coberta bem estendida e adherente»<sup>35</sup>.

Referindo-se também à caracterização da faiança chamada Vandelli, em contraposição com a faiança ratinha, Charles Lepierre descreve as operações que o seu fabrico experimenta e as cores que recebe:

«*Faiança chamada Vandelli*: as operações que estas louças, moldadas com argilla mais fina, como já disse, experimentam, são:

- 1.º Depois das peças secas ao ar, são cozidas em chacote;
- 2.º Applica-se o vidrado abaixo descripto, immergindo a peça n'um banho em que o vidrado está em suspensão na água;
- 3.º Apenas secco o esmalte da peça, é esta decorada sobre o proprio esmalte em cru, por meio do conhecido processo de *estampilha simples*, usando um pincel de crina. As estampilhas são feitas em papel resistente, tornando-as impermeáveis por meio de oleo de linhaça; o operario traça os desenhos e recorta-os à thesoura. As côres, cuja composição indicarei, são empregadas em suspensão na água;
- 4.º As peças são collocadas em casetas;
- 5.º As peças são cozidas segunda vez, para vitrificar o vidrado e as côres».

As cores que a referida faiança recebe são as seguintes: 1.º cor de rosa; 2.º os amarellos e alaranjados; 3.º os verdes; 4.º os azues; 5.º os violetas; 6.º os castanhos e pretos<sup>36</sup>.

Alguns dos «legítimos especimens» que segundo o alvitre do illustre Mestre António Augusto Gonçalves devem ser lançados à conta de Vandelli são referidos por José Queiroz, nomeadamente, três peças pertencentes, à data em que escrevia, ao *Museu do Instituto*, em Coimbra: uma terrina ornamentada a cinco cores — azul, verde, vermelho, amarelo e cor de vinho — sob esmalte branco, marcada com um V em relevo; uma travessa de faiança com decoração policroma; e uma caneca também de faiança (cf. gravuras, a preto e branco, 118-120 da obra em citação). As duas últimas foram pintadas, certamente, por Domingos Brandão, do grupo de ceramistas de Vandelli<sup>37</sup>.

Existem no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, 34 peças de faiança que pertenceram a Vandelli e/ou a familiares seus, colleccionadas pelo referido Mestre Augusto Gonçalves e pelo Dr. Teixeira de Carvalho. Muito deles satisfazem os padrões descritos da louça de

Vandelles pelo que não será temerário nem ousadia demasiada tomá-los como «autênticos» exemplares da faiança de Vandelli; o selo documental que avalize a sua autenticidade é, por enquanto, e à falta de melhor, o parecer avisado de experimentados peritos.

Na sua obra *Depois do Terramoto*, Matos Sequeira descreve, aproximadamente, como ele próprio o diz, uma baixela em poder de um clérigo de Mafra, de fundo branco, tendo no centro, a azul, a coroa real ladeada por duas figuras representando dois soldados vestidos com os fardamentos do tempo do conde de Lipe e rostos puramente chineses, cujo barro teria sido certamente enviado de cá para a China, nos fins do século XVIII<sup>38</sup>.

As peças desta baixela ostentam, sob a coroa, o monograma P.F.V. Examinando-as, Vasco Valente, na linha de Matos Sequeira, D. José Pessanha e outros estudiosos da cerâmica portuguesa, é levado «à conclusão de que a baixela deve ter sido fabricada com caulim recolhido por Bartholomeu da Costa ou pelo Dr. Vandelli». E vai ao ponto de sugerir que as três letras do monograma P.F.V. possam querer significar «Porcelana Fabrica Vandelli»<sup>39</sup>.

Ainda o mesmo Vasco Valente é de parecer que dois outros serviços de porcelana referidos na mesma obra de Matos Sequeira «poderiam também fazer parte do ciclo de experiências de maior vulto em que intervieram, isolada ou, quem sabe se conjuntamente, Bartholomeu da Costa e Vandelli»<sup>39</sup>. Trata-se da *baixela* que foi pertença do Senado da Câmara de Lisboa, mandada fazer para servir nos banquetes dados por ocasião da inauguração da estátua equestre de D. José, à magistratura, ao corpo diplomático e ao alto comércio; e do *serviço de chá* comemorativo do casamento de D. Maria I com D. Pedro III, onde tudo denuncia a obra de um principiante, característica de experiências daquele género.

Da primeira conhecem-se apenas alguns pratos e peças truncadas, em bela, mas grossa porcelana. A ela se refere com pormenor Matos Sequeira que baseado nas peças que dela se conhecem, nomeadamente as existentes no Museu de Arte Antiga por oferta de Silva Túlio, conclui: «toda a baixela deveria ter tido a mesma decoração: cercadura verde e filetes de ouro na borda levemente ondulada em gomos, e um festão de rosas e folhas em seis apanhados; na passagens da borda para o coro, uma cadeia de elos pretos e dourados; ao centro, a estátua equestre toda dourada»<sup>40</sup>.

Do segundo, que figurou na Exposição de Cerâmica do Porto, em 1882, é Joaquim de Vasconcelos quem nos dá a mais minuciosa descrição, no Catálogo que elaborou da referida Exposição. De notar, todavia, que na opinião deste ceramógrafo, as peças do serviço em causa seriam resultado dos ensaios do tenente-general Bartholomeu da Costa ou do Dr. João Manso Pereira<sup>41</sup>.

As hipóteses levantadas por Vasco Valente não passam pois de meras conjecturas, no domínio das quais deve também ser anotada a referência que Matos Sequeira faz de uma terrina com o diâmetro de 0,31 m, de faiança imitando china, que esteve exposta em Londres na Exposição de Arte Ornamental Espanhola-Portuguesa, realizada em 1881 no Museu Kensington, terrina essa que era pertença do Convento de Santa Clara, em Évora, estando marcada com as letras D.V.R. Ao referi-la na classe das faianças do Rato, Matos Sequeira deixa a interrogação: «Seria do fabrico de Domingos Vandelli?»<sup>42</sup>

Toda esta falta documental que nos impossibilita, hoje, assinalar a existência de qualquer peça cerâmica como espécimen autêntico das experiências realizadas por Vandelli, não é de modo algum obstáculo mínimo a que seja facto absolutamente provado que sobre o vulto nimbado de Vandelli recaiu por completo e por largo tempo, talvez mesmo graças a uma certa dose de liberalidade fantasista, «a glória exclusiva de haver aperfeiçoado e exaltado a louça de Coimbra, arrancando-a hypotheticamente, para a luz e para a celebridade, das lobregas profundezas do atrazo e da barbaria!»<sup>43</sup>

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- <sup>1</sup> J. A. Simões de Carvalho, *Memória da Faculdade de Philosophia*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1872, pp. 271-273.
- <sup>2</sup> Vasco Valente, *Porcelana Artística Portuguesa*, Imprensa Moderna, Lda., Porto, 1949, p. 17.
- <sup>3</sup> Registado in Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Liv. III das Cartas, Alvarás, e Patentes, fl. 14, v.º, a 8.Nov.1770.
- <sup>4</sup> Em 1783, por novo alvará régio de 10.Dezembro, o conteúdo do presente alvará era suavizado para permitir a importação da louça amarela de Inglaterra!
- <sup>5</sup> É esta a Fábrica de louça a que se refere o alvará régio acabado de citar.
- <sup>6</sup> Arquivo da Casa da Insua, Castendo, Beira Alta, citado in Vasco Valente, *ob. cit.*, p. 20.
- <sup>7</sup> Collecção Geral das Ordens, fl. 91v.
- <sup>8</sup> Professores da Universidade, Docs. Avulsos, Vandelli.
- <sup>9</sup> Lígia Cruz, *Domingos Vandelli — Alguns Aspectos da sua Actividade em Coimbra*, Publ. do Arquivo da Univ. Coimbra, Coimbra, 1976, p. 29.
- <sup>10</sup> *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, Ed. Universidade de Coimbra, 1978, pp. 22-24.
- <sup>11</sup> Teófilo de Braga, *História da Universidade de Coimbra*, Tip. da Acad. Real das Ciências, Lisboa, 1898, vol. VIII, fl. 665.
- <sup>12</sup> Professores da Universidade, Docs. Avulsos, Vandelli.
- <sup>13</sup> Professores da Universidade, Docs. Avulsos, Vandelli.
- <sup>14</sup> *Escrituras da Universidade*, vol. LXXX, fl. 264 v.
- <sup>15</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*, Papéis Avulsos, Reino, 14 de Outubro, 1784.
- <sup>16</sup> Alvará Régio de 7.Fevereiro de 1787.
- <sup>17</sup> Câmara Municipal de Coimbra, *Documentos originaes, 1780-1805*, fl. 15.
- <sup>18</sup> Alvará Régio de 6 de Setembro de 1792.
- <sup>19</sup> José Acúrsio das Neves, *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufatura das Sedas em Portugal*, Lisboa, 1827, p. 242.
- <sup>20</sup> *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias*, Tomo I, 1879, p. 293.
- <sup>21</sup> Cristóvão Aires, *Para a História da Academia das Sciencias de Lisboa*, Coimbra, 1927, p. 249.
- <sup>22</sup> Referência ao já mencionado Bartholomeu da Costa, Tenente-Coronel em 1773, e Brigadeiro em 1775.
- <sup>23</sup> Cristóvão Aires, *ob. cit.*, p. 536.
- <sup>24</sup> *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias*, Tomo I, 1879, pp. 179 e 182.
- <sup>25</sup> José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, Typ. do Anuario Commercial, Lisboa, 1907, p. 128.
- <sup>26</sup> Junta do Comercio, Livro de Registos de 1794-96, fl. 117 v.
- <sup>27</sup> José Queiroz, *ob. cit.*, p. 129.
- <sup>28</sup> Junta do Comercio, Livro 32, fl. 118.
- <sup>29</sup> Lígia Cruz, *ob. cit.*, p. 37.

- <sup>30</sup> *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias*, Tomo I, 1879, p. 295.
- <sup>31</sup> Charles Lepierre, *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, p. 121.
- <sup>32</sup> António Augusto Gonçalves, *Breve Noção sobre a História da Ceramica em Coimbra*, in Charles Lepierre, *ob. cit.*, p. 234.
- <sup>33</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Ed. Enciclopédia, Lda., Lisboa, vol. XXXIV, art.º Vandelli, pp. 109-110.
- <sup>34</sup> António Augusto Gonçalves, *ob. cit.*, p. 236.
- <sup>35</sup> António Augusto Gonçalves, *ob. cit.*, p. 237.
- <sup>36</sup> Charles Lepierre, *ob. cit.*, pp. 122 e 128.
- <sup>37</sup> José Queiroz, *ob. cit.*, p. 147.
- <sup>38</sup> Gustavo Matos Sequeira, *Depois do Terramoto*, Academia das Ciências de Lisboa, 2.ª edição, Lisboa, 1967, vol. IV, p. 155.
- <sup>39</sup> Vasco Valente, *ob. cit.*, pp. 22-23.
- <sup>40</sup> Gustavo Matos Sequeira, *ob. cit.*, vol. IV, p. 154.
- <sup>41</sup> Joaquim de Vasconcelos, *Exposição de Cerâmica — Documentos Coordenados*, Sociedade de Instrução, Porto, 1883, Doc. X, n.ºs 109-110, p. 60.
- <sup>42</sup> Gustavo Matos Sequeira, *ob. cit.*, vol. IV, p. 564.
- <sup>43</sup> António Augusto Gonçalves, *ob. cit.*, p. 233.